

A Câmara Municipal no Planejamento Urbano de Florianópolis⁽¹⁾.

Vicente Naspolini⁽²⁾; Aretha Lecir Rodrigues dos Santos⁽³⁾.

Resumo Expandido

⁽¹⁾ Trabalho executado com recursos do Edital nº 27/2012 PIBIC-EM, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. ⁽²⁾ Professor; Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis; Florianópolis, Santa Catarina; vicente.naspolini@ifsc.edu.br; ⁽³⁾ Estudante bolsista; Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis;

RESUMO: Este trabalho trata das contribuições e intervenções da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis (CMF) no planejamento urbano deste município. O objetivo é levantar, classificar, quantificar, espacializar e analisar os diferentes atos legislativos promulgados pela atual legislatura da CMF que influenciem ou alterem efetivamente a organização espacial de Florianópolis. A pesquisa centra o seu levantamento de dados nos Diários Oficiais do Município de janeiro a dezembro de 2013, onde encontram-se publicados todos os atos legislativos e administrativos dos diversos órgãos municipais nesse ano. Foram quantificados o número total de atos referente à CMF e aqueles referentes de alguma maneira a planejamento urbano. Estes, por sua vez, foram categorizados, quantificados em planilhas e espacializados por meio de mapas dos distritos municipais. Quatro categorias foram criadas para classificá-los, baseadas na ocorrência em relação ao total: “nome de rua”, “zoneamento”, “audiências públicas” e “outros”. Do total de atos da CMF, 14,25% foram relacionados ao planejamento urbano e, destes, 72,63% foram sobre denominação de vias e logradouros, seguidos “audiência pública” (16,32%), zoneamento (9,47%) e outros (1,58%). Em relação à localização, o distrito do Campeche recebeu o maior número de atos na categoria “nome de rua”, Ingleses do Rio Vermelho na de “zoneamento”; o município na de “audiência pública” e o Distrito Sede em “outros”. Como conclusão parcial, tem-se apenas a baixa atividade da CMF em assuntos de zoneamento, audiências públicas e outras leis quando comparados com denominação de vias e a concentração desta nos distritos do Campeche, Ribeirão da Ilha e Sede.

Palavra Chave: urbanismo; desenvolvimento; gestão territorial.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada aqui busca evidenciar o papel desempenhado pela Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis (CMF) no planejamento urbano deste município, ou seja, quais as mudanças efetuadas por esta casa legislativa no que diz respeito ao ordenamento territorial da Capital do Estado de Santa Catarina.

A Câmara é um colegiado eleito pela população e constituído por vereadores das mais diferentes formações, inclusive não técnicas ou científicas.

Sendo assim, conhecer as mudanças efetuadas na legislação concernente ao ordenamento dos usos e ocupações do espaço por este colegiado heterogêneo é um passo para um entendimento mais amplo do desenvolvimento urbano da cidade, de conhecer os caminhos pelos quais passam um planejamento urbano e as lógicas e discursos norteadores das alterações dos projetos técnicos.

O objetivo geral é pôr em evidência as

atividades da Câmara Municipal em se tratando de planejamento urbano, categorizando-as de acordo com o seu tema específico.

METODOLOGIA

A pesquisa centra o seu levantamento de dados nos Diários Oficiais do Município de janeiro a dezembro de 2013, onde encontram-se publicados todos os atos legislativos e administrativos dos diversos órgãos municipais nesse ano. Tais documentos encontram-se disponíveis para consulta no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

Foram quantificados o número total de atos referente à CMF e, dentre eles, os referentes de alguma maneira a planejamento urbano. Estes, por sua vez, foram categorizados, quantificados e tabelados. Em seguida, criou-se os gráficos de porcentagem e evolução ao longo dos meses. Os números também foram espacializados por meio de mapas dos distritos municipais.

Quatro categorias foram criadas para

classificá-los, baseadas na ocorrência em relação ao total: “nome de rua”, “zoneamento”, “audiências públicas” e “outros”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Câmara

De acordo com a Constituição Federal (Art. 30, VIII) (BRASIL, 1988), compete aos municípios “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. Para cumprir este objetivo, os municípios, então, constituem órgãos específicos de planejamento urbano. Florianópolis possui o IPUF, formado por profissionais das mais diversas formações como arquitetos e urbanistas, engenheiros civis, geógrafos, sociólogos, técnicos em edificações, etc. A interdisciplinaridade é indispensável na medida em que a cidade é um espaço não só material, mas também social, econômico e político.

No entanto, para o planejamento concebido pelo IPUF ser efetivado, deve ser aprovado antes pela CMF na forma de lei. Tratando-se de formação acadêmica, a maioria dos vereadores desta legislatura (2013-2016) não é formada nas áreas afins a planejamentos urbanos.

O levantamento da atividade legislativa, das quantidades e tipos de atos promulgados pela Câmara, foi realizado com base nos Diários Oficiais do Município de Florianópolis (D.O) (FLORIANÓPOLIS, 2013) publicados durante o ano de 2013.

Atividade Legislativa

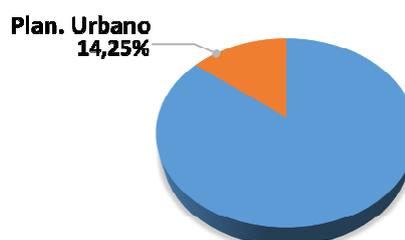
No ano passado, foram publicados 1333 atos legislativos, considerando todos os tipos de atos como atos da mesa e da presidência, extratos de termos aditivos, leis ordinárias, etc. Destes, apenas 190 atos (14,25% do total) foram considerados por esta pesquisa como relacionados de alguma forma ao tema planejamento urbano, e por isto aqui chamados de atos «urbanísticos» (Figura 1). Após o levantamento, categorizou-se os mesmos de acordo com os assuntos mais recorrentes (Figura 2):

- **Nome de rua:** o assunto mais frequente nos D.Os de 2013. Promulgação de leis que nomeiam logradouros novos ou ainda sem nome ou apenas os alteram;
- **Zoneamento:** alteração de zoneamento de uso e

ocupação em áreas urbanas específicas originalmente definidas em planos oriundos do órgão técnico (IPUF);

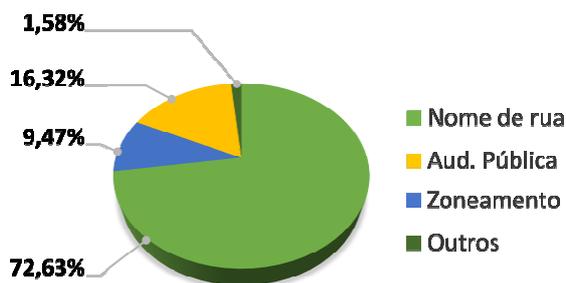
- **Audiência Pública:** eventos públicos organizados pela CMF para dialogar com a sociedade civil a respeito de projetos de lei e outros assuntos.
- **Outros:** categoria que abriga atos não condizentes com as categorias acima.

Figura 1 – Proporção dos atos “urbanísticos” em relação ao número total de atos.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Proporção das categorias em relação ao total de atos “urbanísticos”.



Fonte: Elaboração própria.

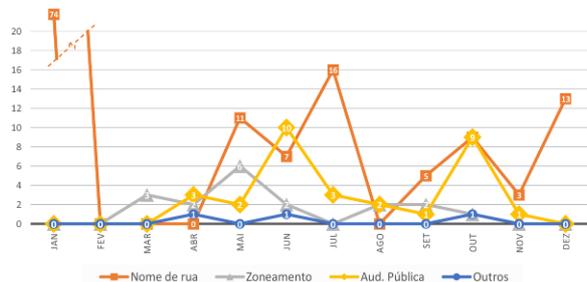
A Tabela 1 e a Figura 3 abaixo ilustram a quantidade de atos publicados por categoria ao longo dos meses de 2013. Pode-se constatar que foram aprovadas 74 leis nomeando ruas logo em janeiro, fevereiro foi um mês nulo para o tema desta pesquisa e março possui três mudanças de zoneamento. A partir daí houve outros picos para «nome de rua», em maio, julho, outubro e dezembro. O assunto «audiência pública» teve algumas aparições ao longo do ano, tendo dois picos, em junho e outubro. Mudanças de zoneamento foram mais pronunciadas no mês de maio (6 atos). Outros assuntos não chegaram a superar a unidade nos meses de abril, junho e outubro, destacando-se este último por ser a apresentação do Plano Diretor Participativo do Município de Florianópolis (PLC nº 1292-13).

Tabela 1 – Número de atos por categoria por mês.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Atos em geral	284	75	113	179	162	77	166	52	59	68	33	65
Atos «urbanísticos»	74	0	3	6	19	20	19	4	8	20	4	13
- Nome de rua	0	0	0	0	11	7	16	0	5	9	3	13
- Zoneamento	0	0	3	2	6	2	0	2	2	1	0	0
- Aud. Pública	0	0	0	3	2	10	3	2	1	9	1	0
- Outros	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0

Fonte: Elaboração própria.

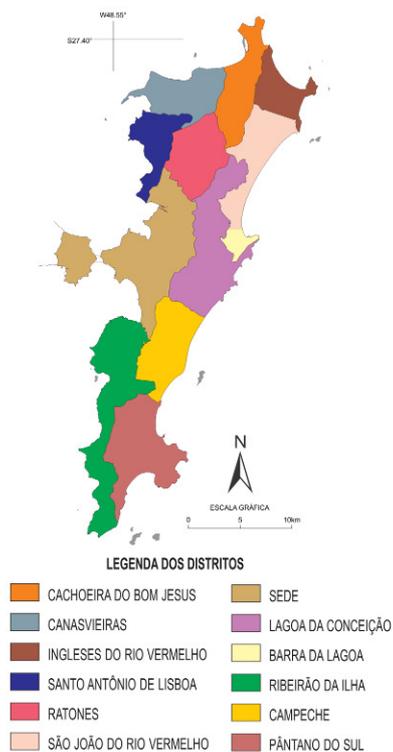
Figura 3 – Número de atos por categoria por mês.



Fonte: Elaboração própria.

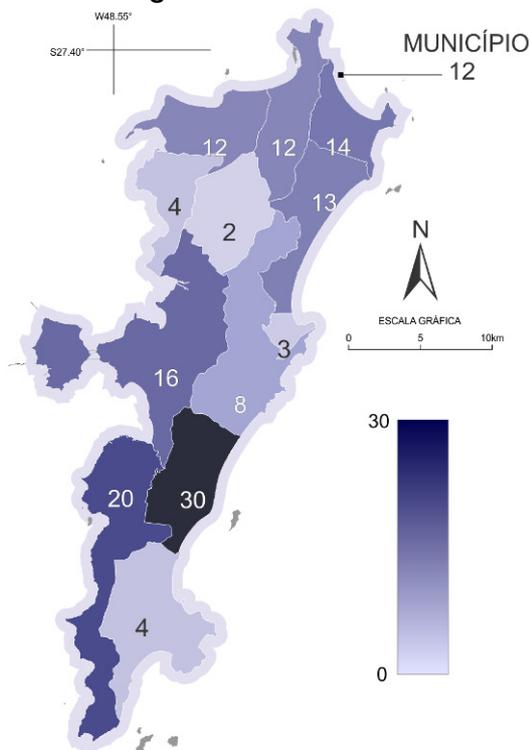
Além da ótica temporal, os atos foram espacializados, localizando o número de atos de cada assunto publicado no ano de 2013 a cada um dos doze distritos de Florianópolis (Figuras 4 a 8). Quando um ato «urbanístico» dizia respeito ao município como um todo, foi categorizado como «Município» nos mapas abaixo.

Figura 4 – Mapa dos distritos do município de Florianópolis, SC.



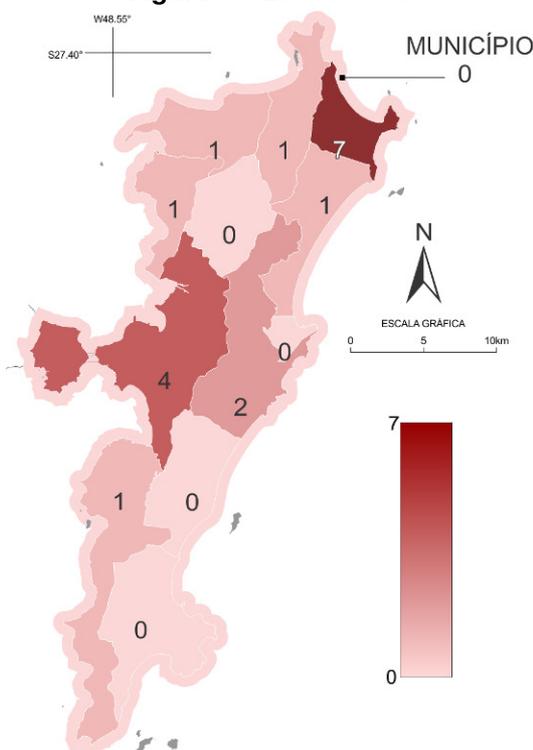
Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 – Nome de rua



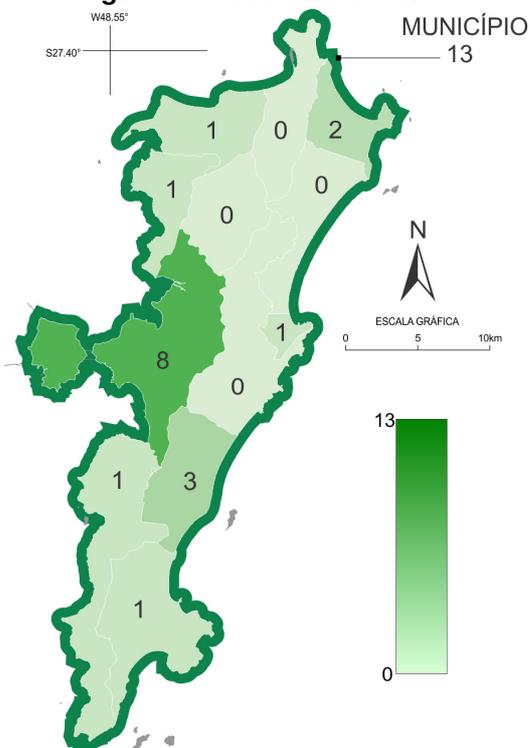
Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Zoneamento



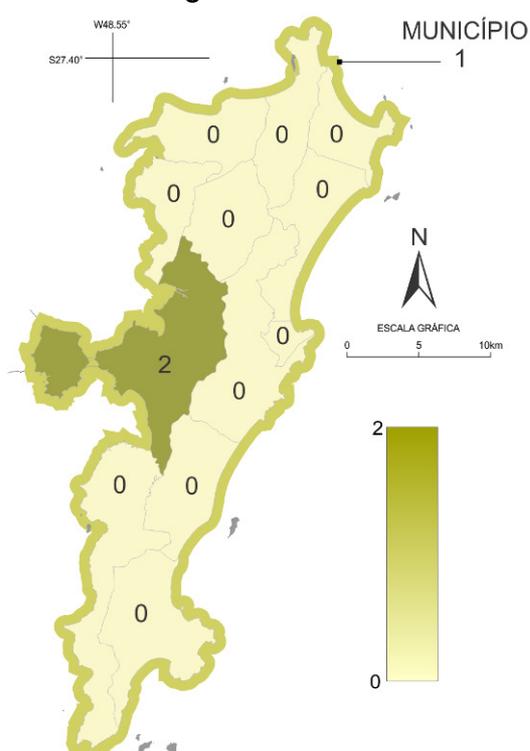
Fonte: Elaboração própria.

Figura 7 – Audiência Pública



Fonte: Elaboração própria.

Figura 8 – Outros



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Como esta pesquisa tem por intenção analisar todo o período compreendido pela atual legislatura, de 2013 até 2016, apenas quando os quatro anos forem levantados e analisados poder-se-á ter uma conclusão definitiva da sua participação no desenvolvimento urbano de Florianópolis.

O motivo de cada lei denominando vias não foi levantado nesta pesquisa, nem os motivos das mudanças de zoneamento ou audiências públicas.

O trabalho da Câmara sobre o Plano Diretor Participativo também não foi levantado, em parte porque a aprovação só se deu em 2014 e por tratar-se de assunto mais volumoso que exigiria mais tempo e recursos do que os disponíveis nesta pesquisa.

Assim, como conclusão parcial baseada neste primeiro ano, tem-se apenas a baixa atividade da Câmara em assuntos de zoneamento, audiências públicas e outras leis quando comparados com a denominação de vias, assunto que adquire importância quando o nome oficializa uma rua ou servidão até então em condição irregular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

FLORIANÓPOLIS. Diário Oficial do Município. Prefeitura de Florianópolis, nº 878 ao nº 1124, 2013. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=govdiariooficial>>.